



ACÓRDÃO Nº816/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11491/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru - SAAE
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Maysa Pinheiro Monteiro (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Ana Lucia Salazar de Sousa - OAB/AM 7173, Alex da Silva Almeida – OAB/AM 10706 e Francisco Rodrigo de Menezes e Silva -OAB/AM 9771
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4994/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru - SAAE. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.
Comunicação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru -SAAE**, referente ao exercício 2018, sob a responsabilidade da Senhora **Maysa Pinheiro Monteiro**, Diretora Presidente e ordenadora de despesa, com fulcro no art. 22, inciso III, alínea *b* da Lei n. 2423/96 – LO/TCE e do art. 188, §1º, III, alínea *b* da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa à Senhora **Maysa Pinheiro Monteiro**, Diretora Presidente do SAAE Manacapuru, exercício 2018, no valor total de **R\$ 31.068,00** (trinta e um mil e sessenta e oito reais), nos moldes descritos abaixo:

10.2.1. . no valor R\$ 1.706,80 (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por cada mês de competência em que houve atraso ou não envio de dados via E-contas, ou seja, de janeiro a agosto, novembro e dezembro de 2018, totalizando o valor de **R\$ 17.068,00** (dezesete mil e sessenta e oito reais), com fulcro no art. 308, I, a, da Resolução n. 04/2002-



ACÓRDÃO Nº816/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

TCE/AM, com nova redação dada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, conforme restrição do item 1.1 da fundamentação do voto;

10.2.2. no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, atualizada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes nos itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.8, 2.2 e 2.3 da fundamentação do voto;

10.2.3. FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para que a responsável recolha o valor da multa, mencionado no item 2 (subitens 2.1 e 2.2), na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru - SAAE que:

10.3.1. Providencie a criação de controle interno próprio ou solicite ao controle interno municipal centralizado que atue na entidade, com a análise e emissão do parecer/relatório correspondente (item 1.3 da fundamentação do voto);



ACÓRDÃO Nº816/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3.2. Adote todas as medidas necessárias para que seja regularizada a situação deficitária, com baixa total dos valores inscritos na Dívida Flutuante, por meio da responsabilização de quem lhe deu causa e da devolução dos valores consignáveis (item 1.6 da fundamentação do voto);

10.3.3. Realize procedimento administrativo e/ou judicial com finalidade da devida escrituração contábil dos bens imóveis adquiridos em gestões anteriores (item 1.7 da fundamentação do voto);

10.3.4. Obedeça ao prazo legal para as publicações no Diário Oficial dos Municípios - DOM (item 1.9 da da fundamentação do voto);

10.3.5. Tome as providências necessárias para adequação e regulamentação da situação dos trabalhadores em plantão, escala e regime de turnos alternados por revezamento (item 2.2 da fundamentação do voto).

10.4. Comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Ministério Público Federal acerca da constatação de diferença a recolher nas Contribuições Previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social – RGPS do exercício de 2018 (item 2.3 da fundamentação do voto), encaminhando-lhes a cópia do Relatório/Voto e da decisão a ser exarada nos presentes autos, para que adotem as medidas que entenderem cabíveis.

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Agosto de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº816/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral